

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que a documentação acostada é verdadeira e reafirmo a solicitação do pagamento referente aos meses de Setembro e Outubro, para que seja cumprido o compromisso firmada entre o Servidor e a Gestão Municipal. Esses Servidores em regime de contrato vinculado à Secretária de educação exerceram suas atividades profissionais, nos meses acima citados, mas não receberam seus proventos.

Por ser verdade, dou fé e assino.

Euriclea Ferreira Santos de Souza
EURICLEA FERREIRA SANTOS DE SOUZA

Secretaria de Educação



PREFEITURA DE
CAAPORA
constituindo uma nova história

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que os servidores em relação anexa, exerceram atividades profissionais nos meses de Setembro e Outubro 2018. Os mesmos não receberam seus salários referentes aos referidos meses.

Por ser verdade, dou fé e assino.

NEUMA CLEA VELOSO CORREIA

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

2017/2018



PREFEITURA DE
CAAPORÃ
constituindo uma nova história

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que
Isolda Barbosa de Souza, CPF nº
144.317.804-33 e RG nº 110251490 exerceu suas
atividades, função Aux. de Serviço em regime de
contrato, vinculado a Secretaria de Educação do Município de Caaporã-
PB, cumprindo jornada de trabalho de 40 horas semanais, na escola
Esq. Mun. Antonio Barbosa de Lima, nos meses de
setembro e outubro de 2018.

Por ser verdade, dou fé e assino.

Caaporã, 18 10 2018


Assinatura

REQUERIMENTO

Informações do requerente:

Nome: <u>Leanda Barbosa de Souza</u>		
CPF/CNPJ: <u>114.317.804-13</u>	Estado civil:	Telefone:
Endereço: <u>Sítio Povo do Coimã 51n</u>		
Bairro: <u>Serra Rural</u>	Cidade: <u>Caaporá</u>	UF: <u>PB</u> CEP: <u>58.326-000</u>
Cargo: <u>Aux. de Serviço</u>	Lotação: <u>Sec. de Educação</u>	Matrícula: <u>100105</u>
E-mail:	RG: <u>4 251490</u>	

Venho requerer de Vossa Senhoria:

	Certidão
	Licença prêmio
	Licença sem vencimento
	Féas
<input checked="" type="checkbox"/>	Outros - Especificar
Justificativa/ Exposição de Motivos/ Outras Informações Complementares: <u>Reconhecimento de dívida</u>	

Caaporá, 04 de abril de 2019

ASSINATURA DO REQUERENTE



LIBERACÃO MATERNIDADE

IDENTIFICACÃO DO BEBÊ: Beatrix Perleira

de saída em período de 15 dias e até 30 dias

de 18 de maternidade em 1 dia

de maternidade em 1 dia

de maternidade em 1 dia

de maternidade em 1 dia

de maternidade em 1 dia

de maternidade em 1 dia

de maternidade em 1 dia

de maternidade em 1 dia

de maternidade em 1 dia

de maternidade em 1 dia

de maternidade em 1 dia

de maternidade em 1 dia

de maternidade em 1 dia

de maternidade em 1 dia

de maternidade em 1 dia

de maternidade em 1 dia

de maternidade em 1 dia

de maternidade em 1 dia

de maternidade em 1 dia

de maternidade em 1 dia

de maternidade em 1 dia

de maternidade em 1 dia

de maternidade em 1 dia

Isolda Barbara de Souza

IDEM	NOMES	1º EXPEDIENTE		2º EXPEDIENTE	
		ENTRADA	SAÍDA	ENTRADA	SAÍDA
1	S				
2	D				
3	Isolda B. de Souza				
4	Isolda B. de Souza				
5	Isolda B. de Souza				
6	Isolda B. de Souza				
7	FF				
8	S				
9	D				
10	Isolda B. de Souza				
11	Isolda B. de Souza				
12	Isolda B. de Souza				
13	Isolda B. de Souza				
14	Isolda B. de Souza				
15	S				
16	D				
17	Isolda B. de Souza				
18	Isolda B. de Souza				
19	Isolda B. de Souza				
20	Isolda B. de Souza				
21	Isolda B. de Souza				
22	S				
23	D				
24	Isolda B. de Souza				
25	Isolda B. de Souza				
26	Isolda B. de Souza				
27	Isolda B. de Souza				
28	Isolda B. de Souza				
29	S				
30	D				
31	X				

Luanda Barbosa da Silva

NOMES	1º EXPEDIENTE		2º EXPEDIENTE	
	ENTRADA	SAÍDA	ENTRADA	SAÍDA
Luanda B. de Souza				
Luanda B. de Souza				
Luanda B. de Souza				
Luanda B. de Souza				
Luanda B. de Souza				
S				
D				
Luanda B. de Souza				
Luanda B. de Souza				
Luanda B. de Souza				
Luanda B. de Souza				
Luanda B. de Souza				
FE				
S				
D				
FE				
Luanda B. de Souza				
Luanda B. de Souza				
Luanda B. de Souza				
Luanda B. de Souza				
S				
D				
Luanda B. de Souza				
Luanda B. de Souza				
Luanda B. de Souza				
Luanda B. de Souza				
Luanda B. de Souza (64)				
S				
D				
Luanda B. de Souza				
Luanda B. de Souza				
Luanda B. de Souza				

Passagem Bica



ESTADO DA PARAIBA
MUNICÍPIO DE CAPORA
FICHA FINANCEIRA - EXERCÍCIO 2018

18/06/2019

Matricula: 100105 Nome: LEILDA BARBOSA DE SOUZA CPF: 14.317.804-13 RIS/PASEP: 163.80718.85.1 Data Nasc.: 09/10/1993
Orgão: 02072 - SEC. EDUCACAO - ANDE Cargo: OREO-AUXILIAR DE SERVICOS - PS Regime: CTR Data Adm.: 01/03/2018

Codigo	Descricao	VANTAGENS												Total		
		Jan/18	Fev/18	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro			
1100	VENCIMENTOS	-	-	854,00	854,00	854,00	854,00	854,00	854,00	854,00	-	-	854,00	854,00	-	7.012,00
1124	GRAT. SERV. EXTRA L. E IN ART. 100	-	-	-	-	127,20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	127,20
1199	DIFERENÇA DE SALARIO	-	-	-	-	85,40	-	-	-	-	-	-	-	-	-	85,40
TOTAL DE VANTAGENS - R\$		0,00	0,00	939,00	934,00	1.176,60	934,00	934,00	934,00	934,00	0,00	0,00	934,00	934,00	0,00	7.254,60

DESCONTOS																	
2100	INSS	-	-	76,32	76,32	76,32	76,32	76,32	76,32	76,32	76,32	76,32	76,32	76,32	76,32	0,00	0,00
TOTAL DE DESCONTOS - R\$		0,00	0,00	76,32	76,32	76,32	76,32	76,32	76,32	76,32	76,32	76,32	76,32	76,32	76,32	0,00	0,00
VALOR LÍQUIDO - R\$		0,00	0,00	877,68	877,68	1.100,28	877,68	877,68	877,68	877,68	0,00	0,00	877,68	877,68	0,00	7.244,60	

OBS.: Este documento não é válido como comprovante de rendimentos para declaração de IRRF, pois poderá haver valores que não foram pagos.



PARECER TÉCNICO N.º 040/2019

Processo/Ofício/SESCAA n.º. 180/2019

Assunto: Reconhecimento de Dívida

Objeto: Folha de pagamento

Secretaria Interessada: Secretaria Municipal de Finanças

Empresa Interessada: LEUDA BARBOSA DE SOUZA CPF: 114.317.804-13

Veu ao conhecimento desta Controladoria para análise e emissão de Parecer Técnica pedida quanto ao reconhecimento de dívida a respeito do não pagamento dos vencimentos do servidor supracitado, conforme declaração em anexo do Secretário de Finanças.

É o relatório.

Conforme constam nos documentos anexos ao processo e por informações colhidas com o pessoal dos recursos humanos, restou constatado que alguns servidores ficaram de fora da folha de pagamento mesmo prestando serviços a Edilidade.

Pelo que, define-se o reconhecimento de dívida como o procedimento administrativo instaurado com o fim de indenizar o contratante de boa-fé, por serviços ou produtos entregues à Administração Pública, sem a regular cobertura contratual e sem o efetivo pagamento.

A legislação vigente admite o instrumento de reconhecimento de dívida como forma de não incorrer o contratante em enriquecimento injustificado em face do empobrecimento do contratado.

A Lei 4.320/64 versa que:

“Art. 37. As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os Restos a Pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica.”

Cabe destacar ainda, que a mesma norma que autoriza o reconhecimento de dívida, também exige que a Administração Pública apure a responsabilidade do servidor que deu causa ao não empenhamento em data devida, com a conseqüente prestação de serviço ou fornecimento de produto, haja vista que o dispositivo legal sob análise, parágrafo único do art. 59 da lei 8666/93, é expresso neste sentido: *“promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa”*.

Isso porque, os servidores públicos estão obrigados a seguir a legislação. Ora, se houve a nulidade de algum contrato, houve o descumprimento de alguma norma por parte do agente administrativo, com prejuízo ao interesse público, sendo necessária apurar a responsabilidade e, se for o caso, aplicar alguma sanção administrativa ao referido infrator.

A ausência da apuração não impede o pagamento da indenização, pois representaria enriquecimento ilícito à Fazenda Pública. Porém, acarretará responsabilização administrativa da autoridade competente pela autorização do pagamento, por omissão do dever legal de comunicar a irregularidade à autoridade competente pela apuração.

Portanto, o reconhecimento de dívida se apresenta como um procedimento administrativo que viabilizará o pagamento de indenização, com fulcro no parágrafo único do art. 59 da Lei 8.666/93, desde



PREFEITURA DE
CAAPORÁ

construindo uma nova história

- a) comprovada prestação de serviço à Administração Pública;
- b) ausência de cobertura contratual válida, para o serviço prestado à Administração Pública;
- c) boa-fé do particular, representada pela sua não concorrência à nulidade contratual;
- d) ausência de pagamento serviço, fornecido sem cobertura contratual.

Diante do exposto, estando presentes os requisitos supracitados, a declaração de reconhecimento de dívida por parte do Secretário de Finanças, o atesto da prestação dos serviços para a Prefeitura Municipal de Caaporá, a dotação orçamentária e demais documentos que instruem o processo, **OPINO favoravelmente ao pagamento referente aos vencimentos trabalhados e não percebidos nos meses de setembro e outubro de 2018 no valor total de R\$ 1.908,00.**

Por fim, para evitar qualquer responsabilidade administrativa ao ordenador da despesa, deve ser apurada ainda, a responsabilidade do servidor que deu causa à ausência de cobertura contratual.

É o Parecer.

Caaporá/PB, 19 de junho de 2019.

Flávio Augusto Cardoso Cunha
Controlador Geral do Município
Mat. 10000234